

CASTELO DE ALMOUROL

MONUMENTOS.PT

Castelo construído de raiz no séc. 12, conforme documentado pelas inscrições datadas de 1171, pela Ordem do Templo, numa ilha rochosa do rio Tejo, constituindo possivelmente o castelo medieval português mais emblemático.

Implantado estrategicamente para controlar um vau onde se transpunha o Tejo e, simultaneamente, a estrada medieval que passava por Tomar e seguia pela Ladeia até à zona de Coimbra, integra-se na rede defensiva do vale do Tejo e formava linha com os castelos Templários do Ozêzere e Cardiga (v. IPA.00002038), ambos na margem norte.

Apresenta pequenas dimensões mas, segundo Mário Barroca, é um castelo de grande requinte construtivo, revelando os conhecimentos e a mestria dos Templários na arquitetura militar e um extraordinário aproveitamento do local.

De facto, tem planta irregular, composta por dois recintos independentes, isolados por uma muralha interna, revelando uma conceção moderna de espaço, visto permitir que, uma vez ultrapassada a primeira porta, as forças inimigas não acessem a todo o castelo, mas apenas à parte inferior, sobre a qual era possível fazer tiro a partir de adarves superiores.

As muralhas adaptam-se à topografia do terreno procurando, no entanto, regularizar o seu perímetro, adotando sempre que possível troços retilíneos, com as inflexões reforçadas por cubelos semicirculares ou ultra-semicirculares, por vezes com grande desprendimento dos muros, favorecendo o tiro flanqueado, tendo talude, especialmente na frente norte, e remates em parapeito ameado com seteiras rasgadas ao nível do adarve interior, estreito e desenvolvido na espessura dos muros.

O recinto inferior, numa cota rebaixada, possui os topos delimitados por panos de muralha mais elevados e que, desprendendo-se do circuito superior do adarve, avançam até às torres dos extremos, funcionando como uma couraça, com parapeito ameado de ambos os lados, permitindo a defesa eficaz da guarnição em relação ao exterior e ao pátio inferior, caso fosse tomado, constituindo, segundo Barroca, uma solução muito original e, ao que parece, inexistente em nenhum outro castelo português.

É sob uma destas couraças que se procede o acesso ao interior, por porta em arco de volta perfeita, abrindo-se a porta da traição em local de difícil acesso, a meio da frente sul.

Neste lado da muralha adossavam-se as habitações da guarnição, com dois pisos, o segundo rasgado para o exterior por seteiras e dois ajimezes, singelos, já sem mainel. No topo da muralha intermédia que subdivide os dois recintos e que integra a torre de menagem, abre-se a porta para o pátio superior, também em arco de volta perfeita.

O pátio superior é circundado por muralhas igualmente com adarve e seteiras, abrindo-se na frente norte e poente seteiras num nível inferior, existindo inferiormente mísulas, talvez de antigas construções ou de suporte de um outro adarve independente.

A torre de menagem, uma das cinco torres de menagem portuguesas mais antigas e datadas, tem paramentos apurados, rematados em parapeito ameado, interiormente com três pisos, com acesso sobrelevado e rasgados por seteiras e, no último piso, duas janelas, uma delas com conversadeiras.

O reaproveitamento de materiais mais antigos, como uma inscrição funerária romana na face interna da porta, pequenos fragmentos de frisos, talvez visigóticos, no alto da muralha interna, denota certa velocidade na construção do castelo pelos Templários.

A descoberta de algumas moedas romanas no interior poderão indiciar que ali terá existido uma atalaia desse período.

O facto da construção do castelo ter sido iniciada quando a Ordem trabalhava na torre de menagem do castelo de Pombal, explica que ambos tenham inscrições muito semelhantes, executados pelo mesmo pedreiro e com textos quase coincidentes.

Uma outra inscrição, sobre a porta da sacristia do Convento de Tomar e também datada da era de 1209, é semelhante à de Pombal exceto na enumeração dos castelos, incluindo os de Idanha e Monsanto, sendo assim posterior à de Pombal, já que estes castelos foram construídos após 1171.

Em 1467, o comendador inaugura um altar na capela existente sobre a porta do castelo, desconhecendo-se como essa seria.

Com a perda de importância estratégica, o castelo de Almourol fica ao abandono, referindo-se nas Memórias Paroquiais de 1756 que já assim estava há cerca de 100 anos, voltando a ser realçado no panorama nacional só no final do séc. 19, com os ideais do Romantismo. É nessa época que recebe obras de restauro, desconhecendo-se, no entanto, o verdadeiro impacto provocado nas estruturas.

As fotografias existentes, contudo, documentam os panos de muralha virados a poente, a sul e os cubelos a nascente sem ameias, tendo o parapeito ameado sido acrescentado.

O atual cubelo ultra-semicircular do topo poente do recinto superior era fechado e tinha dois vãos amplos e a frente sul estava bastante danificada, explicando-se assim que dois dos cubelos reconstruídos sejam atualmente ocos e desprovidos de funcionalidade.

DESCRIÇÃO

Planta poligonal irregular, formada por dois recintos, adaptados à morfologia do terreno e dispostos em diferentes cotas, composto por muralhas, dez cubelos semicirculares ou ultra-semicirculares, desiguais entre si, a reforçar os ângulos e inflexões das muralhas, e por torre de menagem, integrada na muralha que divide os dois recintos.

O recinto sul dispõe-se a uma cota inferior, é mais amplo e reforçado por seis cubelos e o recinto norte, de pequenas dimensões, desenvolve-se numa cota superior, sendo reforçado por quatro cubelos; todos os cubelos são mais altos que as muralhas.

As estruturas, em alvenaria calcária argamassada, inferiormente de aparelho rusticado, apresentam paramentos apurados ou formando alambor ou talude, especialmente na frente norte, rematados em parapeito ameado, com ameias prismáticas, e são rasgadas

por seteiras retangulares, a abrir para dentro, por vezes dispostas em dois níveis.

O cubelo ultra-semicircular, no ângulo do recinto norte, é ainda rasgado por amplo vão retilíneo.

Na frente ocidental, num pano de muralha entre dois cubelos, o da esquerda posto de ângulo e desenvolvido sobre o afloramento rochoso, e o da direita bastante saliente por ser ultra-semicircular, abre-se a porta fortificada, em arco de volta perfeita, com aduelas de cantaria, sobre os pés direitos, encimada por inscrição alusiva à construção. Junto ao cubelo ultra-semicircular central e mais avançado da frente sul, uma zona de difícil acesso, abre-se a porta da traição, de pequenas dimensões, retilínea, moldurada a cantaria e gradeada.

INTERIOR

A porta virada a ocidente acede ao primeiro recinto fortificado, tendo na face interna arco abatido, reaproveitando no pé direito esquerdo, lápide funerária romana inscrita.

A face interna da muralha sul e dos cubelos é percorrida por adarve estreito, apoiado na espessura dos muros, atualmente sem acesso, sendo o parapeito rasgado ao nível do mesmo por seteiras em ritmo irregular.

Ao longo da muralha existe numa cota rebaixada, relativamente ao nível do pátio, vestígios das antigas construções de apoio da guarnição, compartimentadas, e que deveriam ter dois pisos, conforme os vestígios na estereometria dos muros; ao nível do segundo piso, sob o adarve, abrem-se seteiras, de maiores dimensões, uma delas exteriormente com gárgula, ou vãos, dois deles dando para os cubelos de sudeste, que são ocos até ao topo; em cada um dos panos da muralha virada a sudoeste abrem-se ainda dois ajimezes, sem decoração, superiormente curvos e sem mainel.

Sensivelmente a meio, no ângulo do compartimento mais comprido, no enfiamento do cubelo ultra-semicircular, surge poço entulhado, de boca retilínea, junto ao qual fica a porta da traição, interiormente de vão curvo.

A muralha que delimita o pátio a norte é bastante mais elevada, desenvolve-se sobre afloramento rochoso, com perfil bastante infletido, integrando no terço inicial e sobre os afloramentos mais elevados, a torre de menagem.

As duas extremidades do recinto inferior, ou seja, o pano de muralha da porta de acesso e o do extremo oposto, têm a mesma altura da muralha norte, possuindo adarve desenvolvido ao nível do recinto superior e sendo por aí acedido, delimitado em ambas as faces, externa e interna, por parapeito ameado, funcionando quase como uma couraça, que culmina nos cubelos mais avançados do castelo.

O acesso ao recinto superior processa-se por porta no extremo direito da muralha intermédia norte, em arco de volta perfeita, de aduelas largas sobre os pés direitos, encimada por lápide inscrita, também alusiva à construção.

O pátio superior, numa cota mais elevada e de dimensões exíguas, é dominado pela torre de menagem e tem as suas muralhas circundantes, interrompidas apenas na torre,

percorridas por adarve estreito, apoiado na espessura dos muros, com acesso por escada de pedra adossada no ângulo nordeste do recinto, em frente da porta.

O parapeito das muralhas é rasgado ao nível do adarve por seteiras retilíneas e o dos cubelos, acedidos por largos vãos retilíneos, por duas ordens de seteiras; a nascente, na confluência das muralhas do recinto norte e no enfiamento da escada do adarve, o cubelo ultra-semicircular tem vão retilíneo estreito de ligação ao pano de muralha que funciona como couraça, com duplo parapeito ameado, que permitia a defesa exterior e do recinto inferior e respetiva porta do recinto superior.

Na frente poente o adarve acede à muralha e aos dois cubelos que cobrem a porta e aquele ângulo do castelo, igualmente com duplo parapeito ameado.

O pano de muralha a norte e a ocidente possui a meio várias mísulas de sustentação de antigas estruturas desaparecidas e, entre elas e o adarve, abrem-se seteiras.

A torre de menagem tem planta quadrangular e paramentos aprumados, rematados em parapeito ameado, de ameias prismáticas, tendo inferiormente, em cada uma das faces, duas seteiras retilíneas, ao nível da cobertura, que é em terraço, assente em estrutura metálica; na face sul tem ainda, entre as seteiras, orifício com gárgula.

A torre tem soco de cantaria, de aparelho ciclópico, e cunhais também de cantaria, com cerca de 20 m de altura e evolui em três pisos.

A face virada a norte tem acesso sobrelevado, atualmente por porta descentrada, de verga reta sobre os pés direitos, com escada de madeira e estrutura metálica, e por seteira no segundo e terceiro piso; a face oriental tem uma seteira no segundo piso e uma janela de varandim, de verga reta, no segundo, a qual é encimada por cruz da Ordem do Templo; a face poente tem seteira nos dois pisos superiores e a virada a sul e ao recinto inferior tem uma seteira no segundo piso e uma janela conversadeira no último, com verga abatida, jambas e pano de peito em tijolo.

No interior, a torre tem espaço amplo, com o primeiro piso pavimentado a lajes de cantaria e os restantes a soalho de madeira, comunicando entre si por escada de madeira com estrutura metálica.

Os pisos possuem estruturas paralelepípedicas com informação relativa aos Templários e ao castelo. O vão de acesso ao terraço é protegida por estrutura em L.

ACESSOS

Praia do Ribatejo, EN 365 (Torres Novas - Castelo Branco, saída Vila Nova da Barquinha), a 4 Km de Vila Nova da Barquinha; EN 3. WGS84 (graus decimais) lat.: 39.462077; long.: -8.383899

PROTECÇÃO

Categoria: MN - Monumento Nacional, Decreto de 16-06-1910, DG, 1.ª série, n.º 136 de 23 junho 1910

ENQUADRAMENTO

Ribeirinho, isolado.

Ergue-se num pequeno ilhéu no curso médio do rio Tejo, formado por afloramentos graníticos, e alongado no sentido oriente - ocidente, com 325 m de comprimento por 85 de largura máxima, a 38 m acima do nível das águas. Implanta-se um pouco abaixo da confluência do Tejo com o rio Zêzere, onde se erguia o castelo de Ozêzere, a norte da povoação de Tancos e em frente do polígono da Escola Prática de Engenharia.

O castelo ergue-se a norte da ilha, sobre o maciço rochoso, adaptado ao declive, desenvolvendo-se para poente um areal.

As portas de acesso aos dois recintos do castelo são precedidas por degraus.

A ilha apresenta vegetação diversificada, predominando no sector granítico a urge e a silva, e no areal os canaviais, choupos e salgueiros.

Entre o ancoradouro, a sudoeste da ilha, e o castelo, existe caminho pavimentado.

Das torres tem-se ampla visibilidade sobre a envolvente e ligação visual a outros pontos fortificados, como a foz do Zêzere e a Quinta da Cardiga (v. IPA.00002038).

Nas imediações, na margem direita, ergue-se a Igreja de Nossa Senhora do Loreto (v. IPA.00026302), em ruínas, e, na margem esquerda, existe miradouro, inaugurado em 2002.

DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR

Sobre a porta do primeiro recinto fortificado existe uma lápide, em calvário branco, com a seguinte inscrição, em sete regras; " IN NOMINE NOSTRI JESU CHRISTI ERA MILLESIMA DUCENTESIMA NONA MAGISTER GAUDINUS NOBILIS SI/QUIDEM GENERE BRACARA ORIUNDUS EXTITIT TEMPORE AUTEM ALFONSI ILLUSTRISSIMI PORTUGALIS REGIS COMI / TIS HENRICI REGINAE QUE TARASIAE FILII HIC SECULAREM ABNEGANS MILES / HIEROSOLIMAM PETIT IBIQUE PER QUINQUENIUM NOM INHERMEM VITAM DUXIT CUM MAGISTRO ENIM SUO CONFRATRIBUSQUE IN PLERISQUE PRE / LIIS CONTRA EGIPTI ET SIRIAE INSURREXIT REGEM CUMQUE ASCALONA CAPERETUR PRESTO EUM INDE ANTIOCHIAM PERGENS SE / PE CONTRA SULDANIS DECIONEM DIMICAVIT POST QUINQUENIUM VERO AD PREFACTUM QUI EUM EDUCAVERAT MILITEM EUM FECERAT REVERSUS EST REGEM / FACTUS DOMUS TEMPLI PORTUGALIS PROCURATOR HAEC CONSTRUXIT CASTRA SILICET POLUMBAREM TOMAR OZESAR CARDIGA ET HOC QUOD ALMOUREL DICITUR".

A tradução livre corresponde a: "Em nome de nosso senhor Jesus Cristo. Era de 1209 [1209 da era de César, 1171 da era de Jesus Cristo].

O Mestre Gualdim, Nobre, sem dúvida por ascendência, natural de Braga, viveu no tempo de Afonso, ilustríssimo rei de Portugal, filho do Conde D. Henrique e da rainha D. Teresa.

Abandonando a milícia secular, em breve brilhou como a estrela da alva.

Com efeito demandou Jerusalém como soldado da Ordem do Templo e aí, durante cinco anos não passou vida ociosa, porquanto com seu mestre e com os seus confrades combateu em muitos recontros contra o rei do Egipto e da Síria.

Depois da conquista de Ascalona dirigindo-se daí rapidamente a Antioquia, pelejou contra as forças do Grão Turco.

Porém depois de cinco anos voltou para junto do rei que havia educado e o tinha feito cavaleiro.

Eleito procurador da Ordem do templo em Portugal, construiu os seguintes castelos: Pombal, Tomar, Ozêzere, Cardiga e este que se chama de Almourel".

Na última linha, já quase no bordo inferior da lápide, há indicação do artista que lavrou a inscrição e onde se percebe a palavra "fecit".

Num dos lados verticais há uma outra linha onde se lê "S. FR. PRESCRIPTA FECIT" que parece ser a indicação do freire que escreveu a inscrição.

Segundo o testemunho de Frei Bernardo da Costa, datada de 1767 e publicado em 1771, sobre a porta do castelo de Almourol, existia uma lápide de mármore branco, encimado por cruz templária, com a inscrição: "EM ERA MCCVIII. MAGNVS MAGISTER GUAL / DINVS BRACARAE, QUAE EST CAPVT GALETIAE OR / TVS. AEDIFICAVIT HOC CASTRVM ALGIORCEL CVM / FRATRIBVS SVIS".

A sua tradução é: "Na era de mil duzentos e oito o G. Mestre D. Gualdim natural de Braga, que é a metrópole da Galiza, e onde nasceu, edificou com os seus freires este castelo, que se chama Almeirol".

Segundo Teresa Furtado, a inscrição referida refere-se à que se encontra sobre o vão de acesso ao segundo recinto, cuja inscrição difere em alguns detalhes da anterior, certamente por lapso do autor: "ERA MCCVIII MAGISTER GAUDI / NVS BRACARA QVE EST CAPVT / GALLECIE ORTVS EDIFICAVIT HOC / CASTRUM ALMORIEL CVM FRATRIBVS SVIS".

A sua tradução é: "Na era de 1209 o mestre Gualdim de Braga que é cabeça da Galiza edificou o castelo de Almourol com os freires seus irmãos".

Na face interna da porta do primeiro recinto fortificado encontra-se reaproveitada uma lápide funerária romana com a seguinte inscrição: "DIIS MANIBVS SACRVM / QVINTI CADI FRONTONIS ANNORVM XXV / ROMAE DEPVNCTI RELIQVIAE HIC SITA SVNT. / CADIA TVSCA ANNORVS XXX HIC SITA EST. / MARCVS CADIVS RVFVS LIBERIS OPTIMIS / PISSIMIS POSVIT. CORNELIA FRONTONIS / FILIA ANNORVM XXXII. ALBVRA MATER / FRONTONIS ET TVSCAE, HIC SITA EST. CADIVS RVFVS VXORIS OPTIMAE".

A sua tradução é: "aos deuses Manes / os restos de Quinto Cadio Frontão, / falecido aos 25 anos, em Roma, / estão aqui depositados. / Cadia Tusca, de 30 anos, / está aqui

depositada. / Marco Cadio Rufo erigiu / aos seus ótimos e pios filhos. / Cornélia, filha de Frontão, / de 23 anos. Albura, mãe / de Frontão, aqui jaz. / Cadia Rufo, a sua ótima esposa."

ÉPOCA CONSTRUÇÃO

Séc. 12 / 19

ARQUITECTO / CONSTRUTOR / AUTOR

ARQUITETOS: Baltazar de Castro (1938); João Seabra (1996); Raul Lino (1938).

EMPREITEIROS: António Domingos Esteves (1940); H. Teixeira & C^a Ld^a (1996); João Jacinto Tomé (1956); Joaquim Pereira Ramos (1935); Raul Marques da Graça (1938, 1958-1960).

ENGENHEIRO: Joel Vaz Martins (1958); Manuel das Neves (1996).

ENGENHEIRO ELETROTÉCNICO: Edmundo Martins (1938); Manuel Passos de Almeida (1985). FIRMA: Siemens (1938).

CRONOLOGIA

1169 - D. Afonso Henriques doa à Ordem do Templo os castelos de Cardiga e do Zêzere, a qual amplia o seu território até ao rio Tejo, e fica na posse de amplo domínio, com notável implantação estratégica, que lhes permite controlar boa porção do vale do Tejo e uma das estradas medievais mais frequentadas, a via que atravessava o Tejo em Punhete, hoje Constância, e se dirigia para Coimbra passando pela Ladeia; obtêm também o controle de caminhos que, acompanhando a margem norte do Tejo, se dirigiam de Leste para Santarém;

1171 - início da construção do castelo de Almourol, na fronteira sul dos novos domínios, no âmbito territorial do castelo de Zêzere, numa pequena ilha rochosa, conforme data inscrita sobre a porta principal do castelo, sendo mestre da Ordem D. Gualdim Pais; na obra reaproveita-se alguns materiais mais antigos, de um possível ponto fortificado ali existente; nos reinados seguintes, o castelo terá sido várias vezes restaurado; 1201 - constituição da comenda de Almourol, da Ordem do Templo;

1307, 12 agosto - o papa Clemente V, pela bula "Regnans in ecclesis triumphans", dirigida a D. Dinis, convida o rei a acompanhar os prelados de Portugal ao Concílio de Viena, onde se procuraria determinar o que fazer da Ordem do Templo e dos seus bens, por causa dos erros e excessos que os seus cavaleiros e comendadores haviam cometido; pouco depois, pelas letras "Deus ultiorum dominus", dirigidas ao arcebispo de Braga e bispo do Porto, nomeia-os como administradores dos bens templários em Portugal; D. Dinis empreende uma série de medidas, internas e externas, para evitar que os bens dos Templários em Portugal integrassem o património da Ordem do Hospital; assim, ordena que seja tirada inquirição sobre o património da Ordem e, pela via judicial, incorpora-na na Coroa, alegando que as doações haviam sido da responsabilidade régia e que obrigavam à prestação de serviços ao rei e ao reino;

1312, 22 março - extinção da Ordem do Tempo, pela bula "Vox clamantis"; 02 maio - bula "Ad Provirem" concede aos soberanos a posse interina dos bens da Ordem do

Templo, até o conselho decidir o que fazer com eles;

1319, 14 março - bula "Ad ea ex quibus" de João XXII institui a Ordem de Cavalaria de Jesus Cristo, ou a Ordem de Cristo, para quem passam todos os bens e pertenças da Ordem do Templo ("e outorgamos e doamos e ajuntamos e encorporamos e anexamos para todo o sempre, à dita Ordem de Jesus Cristo (...), Castelo Branco, Longroiva, Tomar, Almourol e todos os outros castelos, fortalezas e todos os outros bens, móveis e de raiz");

1321, 11 junho - divisão em 38 comendas da Ordem de Cristo dos antigos bens pertencentes aos Templários, referindo-se na região a instituição da comenda de Almourol e a da Cardiga, tendo cada uma de pagar anualmente 250 libras de renda ou tença ao Convento do Tomar *1;

1326, 16 agosto - D. Afonso IV aprova as novas Ordenações das Comendas da Ordem de Cristo, então reduzidas para 36, e onde se estipula que as comendas de Almourol e da Cardiga passem a pagar 100 libras de tenças ao comendador de Idanha-a-Velha;

séc. 14, último terço - só nesta época se encontra efetivamente dividida a comenda de Almourol e da Cardiga, com comendadores diferentes;

1385 - após a ocorrência de fogo no castelo, Martim Gonçalves, cavaleiro comendador de Almourol, escreve a D. João I a informar o acontecido, desconhecendo-se quais as obras efetuadas na sua sequência;

1424 - D. João I doa o pego de Almourol à Ordem de Cristo, que incluía o direito de apenas ali se poder pescar com licença do alcaide do castelo, como paga dos importantes serviços prestados pelo castelo de Almourol na guerra contra Castela;

1429, 09 outubro - carta de D. João I a defender que ninguém pesque no pego de Almourol sem licença do alcaide do castelo;

1467, 13 dezembro - a requerimento de Frei Rui Velho, comendador do castelo, Fernão Gonçalves, bacharel em artes e clérigo de missa, levanta um altar na capela com invocação de Santa Maria de Almourol, que o comendador fizera sobre a porta do castelo, dizendo missa na dita capela e altar;

1540, 12 março - o julgado de Paio de Pele, em cujo território se erguera o castelo do Zêzere, passa a pertencer à comenda de Almourol, "com todas as suas rendas e foros", em troca de parcelas "místicas" que esta comenda possuía no Campo da Cardiga;

1551 - frei António de Lisboa pede que as terras da comenda de Almourol fossem anexadas "in perpetuum" aos bens da Mesa Mestral, como compensação económica dos prejuízos causados pela cheia de 1550, o que não ocorre;

1597 - Frei Bernardo de Brito descreve "(...) o dito castelo de Almourol fundado em arrecife metido pelas aguas do Tejo, que com suas correntes o cerca, e faz ilha, para onde vão em barcos, e no verão é uma as alegres habitações que há, servindo-lhe a fresca corrente do rio e a multidão de embarcações, que o navegam ordinariamente de alegre passatempo (...)";

1755, 01 novembro - o castelo sofre vários danos com o terramoto;

1756, 18 fevereiro - segundo o pároco António José da Assunção, da freguesia de Paio Pele, em frente do convento do Loreto, no meio do rio, situa-se o castelo, "... que antigamente foi grande fortaleza e habitação dos comendadores de Almourol, porém já está havendo cem anos desabitado, e arruinado por muitas partes; e com o impulso do terramoto lhe caiu da parte sul um bocado de parede que teria duas braças; e além das ruínas antigas não se lhe conhecem mais que esta";

16 agosto - no auto da posse do castelo refere-se que o mesmo "(...) tem nove torres ou guaritas ainda em pé e huma grande no meyo e duas arruinadas e cahidas e não tem portas e fora das torres tem algumas paredes aruinadas e (...) arcal comprido que faz huma porta para a banda de Tancos que fica para o sul e tem alguns choupos pequenos (...)" ; 1837 - extinção da Ordem de Cristo a quem pertence o castelo;

1843 - descrição do castelo pelo conde de Melo, o qual refere quatro torres, para além da de menagem, e publicação de uma gravura do mesmo *2;

1853, verão - descrição do castelo por Alexandre Herculano *3;

séc. 19, 2.^a metade - Ministério das Obras Públicas e Escola de Engenharia manda cortar muita pedra no braço direito do afloramento granítico da ilha, para facilitar a navegação;

1868 - fotografia da autoria de Henrique de Munes documenta o castelo com a torre de menagem, dois cubelos e alguns panos de muralha ameaçados, mas o restante sem remate; Pinho Leal refere que, na cerca do poente, os vestígios de muralha existente, banhada pelo rio, devem ser restos de uma barbacã, arruinada e destruída pelas cheias;

1887 - 1888 - durante as obras realizadas, encontram-se moedas romanas, diversas moedas da primeira, segunda e quarta dinastia e moedas de prata;

1894 - construção da estrada militar de acesso ao Tejo e ao castelo;

1898, 30 junho - Despacho do Secretário de Estado dos Negócios das Obras Públicas, Comércio e Indústria, cedendo o castelo e a ilha ao Ministério da Guerra e nomeando para Comandante da Escola Prática de Engenharia o coronel José Emílio de Santa Ana da Cunha Castelo Branco; a concessão caducaria desde que o castelo e ilha deixem de ser utilizados para o serviço da Escola Prática de Engenharia;

15 julho - auto de cedência do castelo, a cargo da Primeira Circunscrição Hidráulica, representada por Álvaro da Silva Simões, engenheiro chefe da quarta secção, Francisco José Gomes, condutor chefe de trabalhos, servindo de secretário, Manuel Inácio Augusto Cardoso, apontador mestre de valas, ao Ministério da Guerra e à Escola Prática de Engenharia, sendo esta representada por José Emílio de Santa Ana da Cunha Castelo Branco, coronel de engenharia, comandante da Escola Prática de Engenharia, segundo comandante da mesma escola, e o alferes José Faria Lapa, aspirante da Administração militar *4;

1920 - 1930 - imagem fotográfica da Coleção Alvão documenta a janela do pano de

muralha sul do primeiro recinto fortificado ainda com mainel, a qual desaparece pouco depois;

1930, 10 setembro - a Escola Prática de Engenharia informa a DGEMN da urgência na realização de algumas obras de consolidação e limpeza geral;

1938 - o Grémio dos Açores, aquando do primeiro Congresso Açoreano, realizado em Lisboa, em abril, solicita permissão para colocar no castelo uma placa de mármore em memória de Frei Gonçalo Velho, por aquele comendador de Almourol dali ter partido no séc. 15, antes de descobrir os Açores; abril - o arquiteto Baltazar de Castro autoriza a colocação da placa;

04 junho - despacho do Ministro das Obras Públicas, Eng. Duarte Pacheco, a solicitar as medidas indispensáveis e urgentes para a realização do jantar oferecido pelo Presidente do Conselho ao Corpo Diplomático;

1940, junho - realização de cerimónias em coincidência horária com a festa da Fundação, em Guimarães;

1940 - 1950 - adaptação do conjunto a Residência Oficial da República Portuguesa;

1950, 11 outubro - carta do presidente da Câmara de Vila Nova de Barquinha, Luís de Magalhães, à DGEMN, alertando para o facto da vegetação da ilha quase ter desaparecido, havendo necessidade de a repor; no discurso inaugural da Pousada de Óbidos, o Diretor-Geral Henrique Gomes da Silva manifesta a intenção de também construir uma pousada no castelo de Almourol, o que nunca teve seguimento, dadas as grandes alterações que isso provocaria no imóvel;

1955 - aquisição de mobiliário para o imóvel pela Comissão para a Aquisição de Mobiliário;

1964 - nova solicitação da Câmara à DGEMN para adaptação do castelo a pousada, o que não teve continuidade;

1989, agosto - deflagra na Praia do Ribatejo, na margem direita do Tejo e na proximidade do castelo, um incêndio que destrói a área verde;

1991 - a Escola Prática de Engenharia alerta a Câmara Municipal sobre a necessidade urgente de obras nas muralhas do castelo;

2004 - desagregação de algumas muralhas, devido a infiltrações de águas pluviais;

2006, junho - inauguração de dois novos cais para embarcações turísticas, um na margem direita do rio Tejo e o outro na zona sul da ilha;

2008, 11 agosto - proposta da DRCLVTejo de fixação de uma Zona Especial de Proteção;

2009, 03 março - parecer concordante do Conselho Consultivo do IGESPAR;

2013, setembro - encerramento do castelo para realização de obras de beneficiação;

2014, julho - reabertura do castelo ao público, após oito meses de obras.

MATERIAIS

Estrutura em alvenaria calcária argamassada; soco e cunhais da torre de menagem, molduras dos vãos e outros elementos em cantaria calcária; lápides em calcário ou mármore; portas e portadas em madeira; escadas da torre em madeira com estrutura e guarda em aço galvanizado; pavimento da torre em cantaria calcária, no primeiro piso, e em soalho de madeira nos restantes; moldura, enxalço e pano de peito de uma janela em tijolo; grade em ferro; cobertura da torre em estrutura metálica com placa de betonilha; vão de acesso à cobertura protegido por estrutura em aço galvanizado com policarbonato alveolar.

INTERVENÇÃO REALIZADA

Direção da 1ª Circunscrição Hidráulica, dos Serviços Hidráulicos de Santarém: 1887 / 1888 - obras de restauro, nomeadamente trabalhos de desaterro dos recintos do castelo;

Escola Prática de Engenharia: execução de obras pontuais de limpeza e reparação;

DGEMN: 1933 - obras de reparação: pista de acesso à porta do castelo; reparação geral das abóbadas, da escada de madeira da torre de menagem e construção de caixilho na abertura de acesso ao terraço; arranjo de fechaduras das portas da torre de menagem; limpeza geral, exterior e interior do castelo, com remoção de ervas e arbustos;

1934 - reparação no último lanço de escada de acesso ao cimo da torre de menagem; execução de caixilho de armação metálica no vão de acesso à torre; colocação de chave na porta principal da mesma; limpeza de vegetação nos paramentos interiores; limpeza dos recintos; colocação de grade de proteção no caminho de ronda; arranjo de uma abobadilha;

1935 - diversas obras de reparação na torre de menagem pelo empreiteiro Joaquim Pereira Ramos: construção de uma escada em lances com guarda, em madeira de pinho;

1938 - obras de reparação e consolidação, dirigidas pelo arquiteto Baltazar de Castro, Diretor dos Monumentos Nacionais, e tendo como empreiteiro Raul Marques da Graça: conservação e restauro na torre de menagem, muralhas e primeiro recinto; reparação e consolidação de uma fenda num canto do imóvel; vedação com varões de ferro no recinto e escadas: consolidação de um pano de muralha no fosso; a conceção cenográfica montada para o banquete oferecido no castelo, pelo Ministério dos Negócios, é da responsabilidade do arquiteto Raul Lino, Chefe da Repartição de Estudo e Obras de Monumentos, e tinha por base a iluminação interior e exterior do castelo e a criação de mobiliário e adereços, para reviver historicamente o imóvel; a empreitada fica a cargo da Siemens e a energia é fornecida pela Hidro-Elétrica do Alto Alentejo; a direção do projeto de iluminação é do engenheiro Chefe da Secção Edmundo Martins e a direção protocolar da responsabilidade do Visconde da Riba Tâmega; obras de restauro e consolidação da torre de menagem; apeamento e reconstrução completa de um cunhal, incluindo ameias, consolidação de adarves com um anel de betão armado,

encoberto, reconstituição do pavimentos de calçada miúda em adarves, construção e assentamento de armação de pinho nacional e cobertura de telhado com telha românica; nas muralhas procede-se à reparação geral das ameias, incluindo a demolição de alvenarias que encobrem as seteiras; no fosso ou compartimentação procede-se à escavação e remoção de terras, reconstituição de abóbada de alvenaria, segundo os elementos existentes, para regularização, incluindo cofragens;

1940 - obras de limpeza e arranjo das vias de acesso, para a realização de cerimónias no castelo em coincidência com as festas da Fundação de Portugal, em Guimarães, pelo empreiteiro António Domingos Esteves; considerando que essas obras são mais superficiais, a Junta Autónoma das Estradas elabora proposta mais consistente ao nível das vias; procede-se à macadamização de um pequeno troço de via, reforço do empedrado nos restantes 1460 m de percurso, reparação da calçada existente junto à margem do rio, regularização das bermas, taludes e valetas; Escola Prática de Engenharia:

1941 - execução de caminho de acesso ao castelo a partir da EN até à margem norte do rio, acompanhadas pela Junta Autónoma das Estradas e pela DGEMN; macadamização de um pequeno troço, com cerca de 80m; reforço do empedrado existente nos restantes

1460 m de caminho; reparação da calçada existente junto ao rio, muito danificada, e regularização das bermas, taludes e valetas; DGEMN:

1956 - execução do projeto de iluminação noturna a norte do castelo, nas cortinas da muralha e torre de menagem, executada pelo empreiteiro João Jacinto Tomé; Escola Prática de Engenharia:

1958 - obras para medidas consideradas fundamentais ao Desenvolvimento das Condições Turísticas da ilha: colocação de guardas no caminho de ronda, construção de cais de atração na ilha, escadas de alvenaria e rampas de acesso; jardinagem dos caminhos de acesso à ilha; construção de passagem de nível, passadeira de transição e cancela; alargamento da estrada junto à via férrea; ligações com a EN incluindo placas de estacionamento e manobra junto ao cais, com demolição e remoção de alvenaria e terra; reparação da cobertura e pavimento da casa do guarda;

DGEMN: 1958 - obras na torre de menagem com projeto do engenheiro Joel Vaz Martins e executadas pelo empreiteiro Raul Marques da Graça: demolição de alvenarias, abertura de caixas para introdução de cintas de betão armado; construção de betão armado em cintas no interior das paredes; refechamento de juntas e regularização de paredes; reconstrução de paredes no interior, com acabamento semelhante à alvenaria existente; construção de reboco e impermeabilização no terraço; abertura de vão na abobadilha do terraço e assentamento de tampa em chapa de ferro; construção de pavimento em betão armado; construção de escada em betão armado; colocação de pavimento de tijoleira no terraço e escadas; reconstrução de uma porta;

1959 / 1960 - arranjo da zona do castelo; na torre de menagem procede-se à abertura de caixas para introdução de cintas de betão armado, na continuação das obras do ano anterior; construção de betão armado em cintas no interior das paredes; construção de alvenaria no recobrimento das cintas; construção de pavimento no piso intermédio em betão armado, com nervuras; construção de pavimento em tijoleira assente em laje de

betão, revestimento dos tetos a madeira de pinho pintada; escavação em terra franca numa dependência entulhada; construção de escasques de alvenaria, refechamento de juntas, pequenos troços de alvenaria nos panos de muralha a sul; as obras são executadas pelo empreiteiro Raul Marques da Graça;

1960 - reparação do coroamento de ameias e de muros divisórios, dentro das muralhas, com alvenaria hidráulica; encasque de alvenaria "tipo muralha", com argamassa hidráulica na base da muralha do lado norte; construção de maciço de alvenaria de apoio de escadas de acesso à torre e ao adarve do lado sul; construção de calçada em pavimento, idêntica à existente no acesso à porta do castelo; construção de pavimento em lajeado à fiada, em pedra com aparelho tosco; colocação de degraus em granito, idênticos aos existentes, em substituição dos degraus em calcário; colocação de portas em madeira de castanho ou carvalho na torre de menagem, com ferragens idênticas à da porta do castelo de Tomar; colocação de porta simples na porta sul, junto ao rio, e de porta e janela no 3º piso da torre de menagem, em madeira de carvalho ou castanho, incluindo ferragens; regularização de degraus do caminho de acesso à entrada do castelo em alvenaria de pedra talhada; lajeado de granito à fiada e com aparelho a picão do troço do caminho paralelo ao rio; na margem norte do ilhéu procede-se a alvenaria de pedra aparelhada em blocos de dimensões que permitissem ser transportados nos pequenos barcos assentes em bancadas permitindo o desembarque em qualquer época do ano; restauro de alvenarias em fundações: bancadas na margem norte do ilhéu; construção de um pequeno cais com degraus na margem do ilhéu a fim de permitir a acostagem da barca com diferentes níveis de água;

Escola Prática de Engenharia de Tancos: 1964 - arranjo da envolvente e instalação de iluminação temporária para exercícios militares noturnos, sem aviso prévio da DGEMN; abertura de caminho com cerca de 3 m de largura a partir das escadas existentes contornando a ilha até perto do castelo, a sul; pavimentação de um troço do caminho com cerca de 20 m a começar junto ao cais com paralelepípedos de granito;

1976 - colocação temporária de uma antena na torre de menagem aquando da realização de um concurso internacional, entre 18 julho e 1 agosto, com autorização do Estado Maior do Exército, mas sem conhecimento da DGEMN;

DGEMN: 1985 - instalação no exterior do castelo de rede de iluminação noturna, com projeto do engenheiro Manuel Passos de Almeida da DRSML; montagem de um estrado de madeira; limpeza interior da vegetação bravia existente; 1996 - obras de conservação nas muralhas e torre de menagem, sob a orientação do arquiteto João Seabra e executadas por H. Teixeira & Cª Lda: consolidação dos panos de muralhas e refechamento das juntas; reparação do soalho de madeira da torre de menagem, sua lavagem e tratamento, bem como das madeiras dos tetos, vigamentos, escadas, corrimãos e guardas, de todos os vãos e portadas; reparação e afinação de ferragens e pintura; execução de porta em madeira de tacula para o vão de acesso ao terraço; execução da entrada da torre, de um conjunto de escadas e grade de ferro; regularização da soleira da porta de acesso ao 2º recinto, incluindo execução de degraus em alvenaria de pedra e refechamento das juntas da verga e ombreiras; nos recintos procede-se ao reperfilamento geral dos pavimentos térreos, com pendentes para escoamento das águas pluviais e revestimento superficial com uma camada de saibro compacto; limpeza e desmatação; obras de conservação e beneficiação complementares à rede elétrica existente; as obras complementares ao nível da construção civil são da autoria do

engenheiro Manuel das Neves;

CM Vila Nova da Barquinha: 2013 / 2014 - trabalhos de beneficiação nas muralhas e nas torres, incluindo impermeabilização, drenagem das águas e beneficiação; intervenção na torre de menagem para criação de um espaço museológico, procedendo-se à substituição do terraço, colocação de uma escada metálica de circulação vertical e a instalação de um sistema expositivo de conteúdos referentes aos Templários; as obras orçam em cerca de 500 mil euros e têm a comparticipação de 85% do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional);

2018 - melhoria das condições de acesso à ilha, renovação do coberto vegetal e colocação de um palco no interior do castelo.

OBSERVAÇÕES

*1 - Segundo João José Alves Dias, foi nesta data que a antiga comenda de Santa Maria do Zêzere se subdivide na comenda de Almourol e na da Cardiga, tomando o nome dos dois castelos mais importantes da região, do ponto de vista militar. Na comenda de Almourol é integrada a antiga comenda de Santa Maria do Zêzere, que fica também com courelas "místicas" no campo da Cardiga. *2 - Em 1843 / 1844, o conde de Melo descreve o castelo como tendo, no lado do ocidente, na cerca exterior quatro torres circulares, equidistantes, e mais ou menos derrocadas, sobrepujando muito pouco a cortina que as liga; no meio desta e entre a segunda e a terceira torre está a antiga porta do castelo, "hoje intransitável (...)". No meio do castelo, avulta a torre de menagem com porta murada, com as suas ameias em parte bem conservadas com uma janela a 2/3 de altura... seguindo para sul, vê-se um pedaço de muralha dando mostras de que em outros tempos fora um cais (...)". Refere a existência de fendas nos panos de muralha da torre, vendo-se através delas e das janelas esguias, restos de abóbadas e laçarias arruinadas. "Ao lado da torre de menagem que vos deixa ver duas janelas, uma das quais conserva ainda restos de antigos ornamentos que revelam o gosto gótico, se eleva outra torre como aquela quadrada, e depois o recinto da fortaleza que também se descobre daí, porque a muralha se eleva a grande altura, cingindo a torre de menagem; mas sem regularidade nos lanços porque os sujeitaram nesta parte às sinuosidades do terreno (...)" Entrando por aqui no castelo, atravessando-se ruínas e salvando-se precipícios, chega-se a um pátio que é o interior do castelo. As silvas, as piteiras e os cactos silvestres, e sobretudo as muitas pedras soltas vos dificultam os passos; (...) uma porta que diz para este pátio, e dava indubitavelmente entrada para os aposentos superiores está murada (...). Por algumas fendas que há nos muros e pelas poucas esguias janelas que deitam para esta área, se conhece que os aposentos rematavam em abóbadas (...). *3 - No verão de 1853, Alexandre Herculano descreve o castelo do seguinte modo: "(...) atravessando aquela espécie de pátio e voltando à esquerda encontra-se a porta que dá comunicação para o plano superior. (...). Entra-se por ali noutro recinto mais elevado, coberto igualmente de bastos silvados e de cactos disformes. A um dos lados ergue-se a torre quadrangular de menagem para a qual se entra trepando a uma rotura de muralha onde parece ter existido uma das raras frestas que alumiaavam o interior da torre, cuja comunicação primitiva provavelmente se acha soterrada debaixo dos entulhos. No interior nada resta senão as paredes nuas e negras, sem o menor vestígio dos pavimentos em que por certo foi dividida em épocas posteriores. No exterior da torre (...) há a cruz do templo gravada sobre a volta de uma das frestas ou janelas da torre. Os cubelos redondos que guarnecem o recinto do castelo, e uma das quais avança, ligada por uma breve couraça, para o Oriente são inacessíveis

pelo seu estado de ruína (...); (...) aquelas ruínas em meio de um matagal de plantas espontâneas, conduz por um plano inclinado a uma escarpa de pedras, à borda de um despenhadeiro quase aprumado sobre o canal do sul. Sobe-se a escarpa cuja altura não excede cinco palmos firmando-se os joelhos e as mãos na pedra e continua-se a subir por entre os silvados até à porta da cerca exterior. *4 - Na visita de inspecção ao castelo aquando da sua cedência ao Ministério da Guerra, refere-se que aporta virada a poente é a "única obra de madeira", tem três inscrições, uma, em duas pedras colocadas sobre a porta poente, a segunda no enxalço do vão da mesma porta do recinto interior, ambas de calcário e a terceira de mármore branco. "(...) No Castello reconhecem-se estarem as muralhas reparadas, bem como a torre central, e as ameias não havendo brechas abertas nem prejuízo algum de recente data. O seu recinto interior, completamente descoberto, está mais ou menos invadido pela vegetação silvestre que por vezes irrompe das próprias pedras (...)". *5 - Existem várias lendas associadas ao castelo de Almourol. A lenda de D. Beatriz e o mouro relata que, durante a Reconquista, D. Ramiro, um cavaleiro cristão, ao regressar orgulhoso de combates contra os árabes, encontra duas mouras, mãe e filha. A jovem trazia uma bilha de água mas, quando o cavaleiro rudemente lhe pede de beber, ela deixa-a cair, deixando-o furioso ao ponto de matar as duas mulheres. Pouco depois, surge um jovem mouro, filho e irmão das vítimas, que D. Ramiro prende e leva cativo para o seu castelo, onde ele vivia com a sua esposa e filha. O prisioneiro logo planeia assassiná-las como vingança, conseguindo ministrar à mãe um veneno de ação lenta, mas acaba por se apaixonar pela jovem, a quem o pai planeava casar com um cavaleiro cristão. Sendo o seu amor correspondido, os dois jovens apaixonados deixam o castelo e desaparecem para sempre. Segundo a lenda, nas noites de São João, o casal pode ser visto abraçado no alto da torre de menagem e, a seus pés, D. Ramiro implorando perdão.

PATRIMÓNIO CULTURAL.PT

Situado numa pequena ilha escarpada, no curso médio do rio Tejo, o Castelo de Almourol é um dos monumentos militares medievais mais emblemáticos e cenográficos da Reconquista, sendo, simultaneamente, um dos que melhor evoca a memória dos Templários no nosso país.

As origens da ocupação deste local são bastante antigas e, por isso mesmo, enigmáticas. Alguns autores referiram a possibilidade de aqui se ter instalado um primitivo reduto lusitano, ou pré-romano, posteriormente conquistado por estes, e com vagas de ocupação ao longo de toda a Alta Idade Média. Fosse como fosse, o certo é que em 1129, data da conquista deste ponto pelas tropas portuguesas, o castelo já existia e denominava-se Almorolan.

Entregue aos Templários, que então efectivavam o povoamento entre o Mondego e o Tejo, sendo mesmo os principais responsáveis pela defesa da capital, Coimbra, o castelo foi reedificado e assumiu as características arquitectónicas e artísticas essenciais, que ainda hoje se podem observar.

Através de uma epígrafe, colocada sobre a porta principal, sabemos que a conclusão das obras deu-se em 1171, escassos dois anos após a grandiosa obra do Castelo de Tomar, mandada edificar por Gualdim Pais, cuja actividade construtiva à frente da Ordem, nas décadas de 60 e 70 do século XII, foi verdadeiramente surpreendente. São várias as características que unem ambos, numa mesma linha de arquitectura militar templária.

Em termos planimétricos, a opção por uma disposição quadrangular dos espaços. Em altura, as altas muralhas, protegidas por nove torres circulares, adossadas, e a torre de menagem, verdadeiro centro nevrálgico de toda a estrutura.

Estas últimas características constituem dois dos elementos inovadores com que os Templários pautaram a sua arquitectura militar no nosso país. Com efeito, como deixou claro Mário Barroca, a torre de menagem é estranha aos castelos pré-românicos, aparecendo apenas no século XII e em Tomar, o principal reduto defensivo templário em Portugal (BARROCA, 2001, p.107).

A torre de menagem do castelo de Almourol tinha três pisos e foi bastante modificada ao longo dos tempos, mas mantém ainda importantes vestígios originais, como a sapata, que nos dá a dimensão geral da estrutura.

Por outro lado, também as muralhas com torreões adossados, normalmente providas de alambor, foram trazidas para o ocidente peninsular por esta Ordem, e vemo-las também aplicadas em Almourol.

Extinta a Ordem, e afastada a conjuntura reconquistadora que justificou a sua importância nos tempos medievais, o castelo de Almourol foi votado a um progressivo esquecimento, que o Romantismo veio alterar radicalmente.

No século XIX, inserido no processo mental de busca e de revalorização da Idade Média, o castelo foi reinventado, à luz de um ideal romântico de medievalidade.

Muitas das estruturas primitivas foram sacrificadas, em benefício de uma ideologia que pretendia fazer dos monumentos medievais mais emblemáticos verdadeiras obras-primas, sem paralelos na herança patrimonial.

Data, desta altura, o coroamento uniforme de merlões e ameias, bem como numerosos outros elementos de índole essencialmente decorativa e muito pouco prática.

No século XX, o conjunto foi adaptado a Residência Oficial da República Portuguesa, aqui tendo lugar alguns importantes eventos do Estado Novo.

O processo reinventivo, iniciado um século antes, foi definitivamente consumado por esta intervenção dos anos 40 e 50, consumando-se, assim, o fascínio que a cenografia de Almourol causou no longo Romantismo cultural e político português.